



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

46.ensi@capes.gov.br

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO**

Dias 14 e 15 de março de 2013

Local: CAPES-Brasília/DF

Introdução

O Convite para o 2º Seminário de Acompanhamento foi feito em 14 de fevereiro de 2013 pelo Ofício Conjunto nº 009/2013 CA-DAV e teve expressiva participação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Área, com 72 coordenadores e/ou representantes (lista no anexo 1) e técnicos da Capes também participaram.

A pauta contemplou os seguintes itens:

- Abertura (Lívio Amaral): A Área de Ensino no contexto do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)
- Apresentação da Coordenação, situação da Área e plano geral de trabalho (Tania Araujo-Jorge)
Os Programas da Área e a organização de subcamaras; formação de GTs; Fomento para a pesquisa em Ensino ?
- Diretrizes gerais para a avaliação trienal 2013 (Lívio Amaral)
As prioridades nacionais apontadas no PNPG e no PNE; as diretrizes do CNE para o ensino
- Situação do Qualis-Periódicos da Área: 2012-2013 (Tania Araujo-Jorge)
nova classificação, trabalho de indução e de atualização
Valoração dos critérios de avaliação 2013; Qualis-Periódicos de sub-áreas
Definição das prioridades de trabalho para 2013

Dinâmica do Seminário, conteúdo e resultados

No 1º dia os participantes debateram os temas em plenária, após a apresentação da Coordenadora Pro-Tempore que esclareceu os presentes sobre sua trajetória profissional, suas expectativas e seu compromisso, quando do aceite do convite pela Capes.

As apresentações foram disponibilizadas a todos em formato eletrônico e impresso.

Na 1ª apresentação foram trazidos os seguintes pontos:

- 1- A dimensão da Área na Capes: integra a Grande Área Multidisciplinar que abarca 5 Áreas; conta atualmente com 91 Programas e 111 Cursos, distribuídos por todas as regiões do país, em situação assimétrica regionalmente, como de fato ocorre em todo o conjunto do SNPG.
- 2- O ritmo de crescimento quantitativo dos PPGs da Área, que desde sua criação recebe anualmente 20 a 30 novas propostas (APCNs), e conta com 47 mestrados profissionais, 23 Mestrados Acadêmicos, 20 Mestrados com Doutorados e 1 PPG apenas com Doutorado.
- 3- Os desafios para apoio e melhoria dos cursos: Bolsas, Fomento, Visibilidade, Cooperação, Integração, Apoio a criação de PPGs no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste
- 4- A situação do Qualis-Periódicos, inadequado para o crescimento dos PPGs
- 5- A situação de avaliação: 10 cursos nota 5, 18 nota 4, 63 nota 3, nenhum nota 6 ou 7

- 6- Necessidade de análise criteriosa dos PPGs sobre pontos fracos e fortes, desempenho, estágio de desenvolvimento e potencial contribuição para as metas do PNPG e do PNE, para aumento da eficiência dos PPGs da Área no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível.
- 7- As Subáreas mais temáticas que atualmente já caracterizam a diversidade da Área de Ensino: 63 PPGs no campo de Ciências e Matemática, 13 PPGs no campo da Saúde e Ambiente, 7 PPGs no campo de Engenharias e Tecnologias, 8 PPGs no campo das Humanidades, Linguagens e Ciências Sociais.
- 8- Desafios para a avaliação trienal: retratar quantitativamente a produção da Área (egressos, publicações, livros, jogos, vídeos, softwares, etc.); e qualitativamente: Conteúdo, Aplicação e impacto no Sistema de Ensino, Interações no Brasil e no exterior
- 9- Desafios de estratégias de como aumentar a visibilidade da Área: Interação com o Portal do Professor-MEC , Interação com a CAPES – Ed. Básica, Eventos, Encontros
- 10- A presença de produção sobre “Ensino de” nas demais Áreas da Capes (mais de 2500 registros de teses e dissertações com “ensino de” no banco de teses Capes, em todas as Áreas), e a necessidade de relação com essas outras Áreas. Como buscar a relação dessa produção com ações de melhoria do ensino nas respectivas áreas? Há impacto social dessa produção em indicadores aferíveis ou em políticas públicas? A Área de Ensino pode propor algum tipo de diretriz ou de formação docente nessas Áreas para qualificá-las? Os autores, orientadores e avaliadores das teses dos últimos 15 anos poderiam compor um banco de CVs para uso da área como ad-hocs específicos nos campos em que a Área ainda não tem massa crítica nem experiência suficientes?
- 11- Desafio de composição de um Plano Nacional para a Área de Ensino, articulado aos eixos do PNPG e às diretrizes e metas do PNE
- 12- A apresentação de um Plano de Trabalho da Coordenação Pró-Tempore composto dos seguintes itens :
 - a) Atualização: Qualis-Periódico + Documento de área
 - b) Bolsas para professores em exercício nas redes de ensino público fundamental e médio
 - c) Bolsas para os Mestrados Profissionais
 - d) Orçamento dos PPGs da Área: ProAP (PROSUP) + Bolsas → Transparência e investimento
 - e) ProEx → Programas Notas 6 e 7 (só com Doutorado)
 - f) Aumento do fomento para a Pesquisa em Ensino: induções, oportunidades, prioridades da Área; Gente + equipamentos + trabalhos de campo + auxílio a professores
 - g) Visibilidade → RBPG + Seminário da GA Multidisciplinar + Ações em sociedades e eventos de C&T,
 - h) Interação com MEC (portal do professor) e com a Diretoria de Ensino Básico e Formação de Professores
 - i) Desenho de um Pós-Doutorado integrado para a Área

Na 2ª apresentação (Qualis-Periódicos) foram trazidos os seguintes pontos:

- 1- A situação do Qualis-Periódicos Ensino em 2012, o trabalho da Comissão da Área em 2012
- 2- Os novos critérios adotados: validação na plenária dos PPGs
- 3- As premissas para o trabalho de classificação feito em 2012
- 4- Os desafios de indução de inclusão de novos títulos A1, A2 e B1
- 5- As diretrizes para o novo documento de Área

Na 3ª apresentação (diretrizes para a Avaliação Trienal) foram trazidos os seguintes pontos:

- 1- A dimensão do processo de Avaliação: 3500 cursos em 48 Áreas, avaliações continuadas substituídas por Seminários presenciais de Acompanhamento (anuais), e estímulo ao acesso às páginas das Áreas, que buscam dar transparência ao processo e divulgar os documentos de trabalho produzidos.
- 2- A relação do processo de Avaliação com as metas do PNPG 2011-2020
- 3- A situação atual da PG Brasileira e o conceito de Sistema Nacional de Pós-Graduação
- 4- A dimensão do financiamento da PG (bolsas + Portal de periódicos + Fomento e outros)
- 5- O Sistema de Avaliação e as Datas da Avaliação Trienal: Ensino em 21 a 25 de outubro de 2013
- 6- A necessidade de indicação de consultores da Área para a Comissão de Avaliação
- 7- A necessidade de atualização do Documento de Área que servirá de base para a Avaliação Trienal 2010-2012: a fotografia da Área e o estado da arte; a posição sobre interdisciplinaridade e sobre inserção/incidência no Ensino Fundamental e Médio; a descrição e orientação sobre a avaliação, os resultados e propostas oriundos dos Seminários de Acompanhamento e as orientações sobre APCNs; a ficha de avaliação e os pesos dos quesitos
- 8- A novidade de um coordenador adjunto para o Mestrado Profissional; a situação de 3 tipos de áreas, 15 Áreas com 10 a 70 MPs (Ensino é a 3ª maior Área com programas de Mestrado profissional), 18 Áreas com 3 a 10 MPs, e 10 Áreas com apenas 1 a 2 MPs; e 5 Áreas sem MP.
- 9- Os temas de interdisciplinaridade e de internacionalização
- 10- A relação dos PPGs com a Educação Básica e os programas da Capes EB (PIBID, PARFOR, etc)

No debate em plenária que se seguiu às apresentações, os seguintes pontos foram levantados e considerados:

- 1- A grave situação dos Mestrados Profissionais da Área de Ensino, sem o devido fomento (PROAP), sem bolsas, e enfrentando – “concorrência desigual e injusta” – com os Mestrados Profissionais em Rede Nacional que existe Área de Matemática (PROFMAT) e aprovados na Área de Física (PROFIS) e de Português (PROFLETRAS). A “incoerência” entre uma política pública que incentivou a criação de MPs e que agora os asfixia criando outra política pública concorrente em condições muito mais favoráveis, desviando potenciais alunos e criando iniquidades entre docentes numa mesma instituição.
- 2- A perspectiva de novos “PROFS” em outras áreas (história, biologia, química, artes, educação física e demais disciplinas da educação básica) sem articulação com os MPs existentes na Área, e de sua avaliação na Área 46: problemas de iniquidades entre os “PROFS” e os demais MPs da Área 46 quanto aos objetivos, à escala, ao corpo docente, e aos critérios de seleção, de fomento e de avaliação.
- 3- A impossibilidade de se conseguir bolsa para todos os alunos de MPs (o sistema, considerando mestrados e doutorados acadêmicos e mestrados profissionais, já opera com bolsas apenas para 1/3 dos matriculados)
- 4- A necessidade de bolsas para todos os professores em exercício nas redes públicas de ensino médio e fundamental que estiverem fazendo formação de PG na Área 46, seja MP, MA ou Doutorado
- 5- A necessidade de definição da Agenda política de discussão dos PPGs para definição dos objetivos de formação nessa Área
- 6- A perspectiva de elaboração de um Programa Especial de Melhoria do Ensino Básico pela qualificação através da formação de pós-graduação nos PPGs da Área de Ensino, para captação especial de fomento e bolsas
- 7- A importância de manter as referências da Área 46 no novo documento de Área a ser atualizado e aprovado no CTC para a avaliação trienal 2013.

No 2º dia (15 de março) os participantes se reuniram pela manhã em 4 grupos de trabalho para aprofundar 4 temas com os roteiros abaixo propostos (Anexo 2), apresentados posteriormente à plenária a tarde:

GT0 – Mestrados Profissionais: problemas e indicação de coordenador adjunto

GT1- Elementos para o novo Documento de Área e Critérios para formação de Câmaras Temáticas

- 1) Papel dos Mestrados acadêmicos e profissionais
- 2) Papel do Doutorado
- 3) Câmaras temáticas a montar: o que fariam?
- 4) Interação com outras áreas da Capes em temas de ensino e programa de pós-doutorado

GT2- Qualis-Periódicos: novos critérios e sugestões para a Avaliação Trienal 2010-2012

- 1) Análise da minuta do documento Qualis-Periódicos
- 2) Sugestões adicionais
- 3) Critérios para Notas 6 e 7
- 4) Definição dos percentuais nos quesitos da avaliação, dentro do comum estabelecido para todas as 48 áreas

GT3 -Bolsas e fomento: a situação de crise dos Mestrados Profissionais e demais cursos

- 1) Dimensão do problema de bolsas
- 2) Quantas bolsas são necessárias para a “sobrevivência” dos PPGs da Área
- 3) Recursos Proap (Prosop)

GT4 - Visibilidade dos produtos da Área no contexto da Capes, no MEC e na sociedade

- 1) Portifolio de produtos: egressos, teses, artigos, produções técnicas
- 2) MEC e CAPES EB – oportunidades e interação
- 3) RBPG: numero especial - sugestões e editores associados

Na tarde do 2º dia a plenária debateu e aprovou as seguintes recomendações:

- 1- Usar o documento de Área 2009 como base conceitual para atualização do documento de Área
- 2- Apoiar a aplicação dos novos critérios de estratificação de periódicos da Área propostos, com as modificações sugeridas pelo GT2
- 3- Recomendar a exclusão de Anais de Eventos do Qualis-Periódicos da Área de Ensino, e atribuir a um GT a tarefa de propor uma atualização do sistema de estratificação para classificação dos diversos Anais de Eventos utilizados na Área, buscando identificar quais poderiam potencialmente compor o Qualis-Periódicos
- 4- Manter a proposta de recorte em 4 subáreas temáticas definidas no 1º Seminário de Acompanhamento (2011): a) Ensino de Ciências e Matemática; b) Ensino de Saúde e Ambiente; c) Ensino de Engenharias e Tecnologias; d) Ensino de Humanidades, Linguagens e Ciências Sociais
- 5- Adotar a vinculação voluntária dos PPGs a uma ou mais subáreas temáticas da Área de Ensino para efeito operacional: assessores, especificidades a serem consideradas, avaliação de APCNS, pareceres em PAEPs e outras demandas à Capes
- 6- Considerar 3 tipos de eixos que perpassam ou recortam os cursos da Área, para análise das problemáticas que incidem em cada subárea:

- a) Modalidade: Acadêmicos & Profissionais
 - b) Finalidade: Educação Básica e Educação Superior
 - c) Natureza do vínculo institucional: IES & Rede Nacional
- 7- Não compor Câmaras imediatamente, antes do aprofundamento das discussões nos PPGs e em reuniões especialmente formatadas para isso.
 - 8- Manter os atuais pesos dos quesitos nos critérios da avaliação trienal (Impacto Social de 15% para MA e de 20% para MP) e revê-los para a próxima, na perspectiva de sua ampliação.
 - 9- Formalizar um manifesto da Área sobre a falta de bolsas para professores em exercício e em formação de Mestrado ou Doutorado na Área de Ensino, particularmente os vinculados a Mestrados Profissionais.

Encaminhamentos:

- Os PPGs serão convidados pela Coordenação a comentar sobre sua vinculação a uma ou mais subáreas, sugerir um corpo de assessores e suas especialidades, e indicar eventuais correções no Qualis que será divulgado o mais breve possível;
- Novo Seminário de Acompanhamento (2013) será convocado, não antes de junho, para aprofundamento das discussões sobre o perfil e a estrutura da Área de Ensino.
- Comissões poderão ser ativadas segundo as necessidades operacionais da Área.

Considerações finais:

O Seminário se realizou num clima de confiança crescente sobre o andamento e perspectivas dos PPGs da Área no contexto da CAPES e no SNPG, os participantes se reuniram para uma foto histórica, ainda que com a ausência dos colegas que tinham viagens agendadas no horário em que foi feita a foto.



Tania Araujo-Jorge
Coordenadora Pro-Tempore
Brasília, 22 de março de 2013

Anexo 1- Lista de Coordenadores (representantes) dos PPGs participantes do 2º Seminário

Nome	IES
1. Agustina Rosa Echeverria	UFGL
2. Alessandro Jacques Ribeiro	UFABC
3. Alexandre Lopes de oliveira	IFRJ
4. Ana Paula Bispo da Silva	UEPB
5. Ana Tujomi Obara	UEM
6. André Luis Matede Dias	UFBA
7. Andresa Guerra	CEFET/RJ (profissional)
8. Bernadete Barbosa Morey	UFRN
9. Carlos Alberto Marques	UFSC
10. Carlos Eduardo Aguiar	UFRJ
11. Carlos Eduardo Ferreira Monteiro	UFPE
12. Carlos Roberto Vianna	UFPR
13. Carmen Fernandes	USP
14. Cintia Mariza do Amaral Moreira	UNIGRANRIO
15. Claudia Lisete Oliveira Groenwald	ULBRA
16. Cristiano Mattos	USP
17. Deisi Nanci de Castro Mesquita	UFG
18. Diogo Souza	UFRGS
19. Edda Curi	UNICSUL
20. Eduardo Kojoy Takahashi	UFU
21. Elcio Schuhmacher	FURB
22. Elcio Schuhmacher	FURB
23. Eleni Bisognin	UNIFRA
24. Eliane Angela Vett	UFRGS
25. Eliane Scheid Gazire	PUCMinas
26. Eurivalda R. dos S. Santana	UESC
27. Evelyn Lauria Noronha	UGA
28. Fabiana Roberta Gonçalves e Silva Hussein	UTFPR
29. Francisco Roberto Pinto Mattos	CPII/RJ
30. Franklin Noel dos Santos	UFES
31. Hilda Helena Sovienyoshi	UFAL
32. Irinea de Lourdes Batista	UEL
33. José Messildo Viana Nunes	UFPA
34. Leda Márcia Araujo Bento	UNIDERP
35. Lucia Maria Aversa Villela	USS
36. Luciano Fernandes Silva	UNIFEI
37. Luciene Lima de Assis Pires	IFG
38. Luiz Augusto Rezende	NUTES - UFRJ
39. Maira Ferreira	UFPEL
40. Márcia Cristina de Costa Trindade Cyrino	UEL
41. Márcia Maria Fusaro Pinto	UFRJ
42. Marcia Regina Santana Pereira	UFES
43. Marco Antonio Barbosa Braga	CEFET/RJ (acadêmico)
44. Marcus Vinicius Maltempi	UNESP

45. Maria Bernadete Pinto dos Santos	UFF
46. Maria Cristina Araujo Oliveira	UFJF-MG
47. Maria de Fátima Cruvinel	UFG
48. Maria Goretti de Vasconcelos Silva	UFC
49. Maria Madalena Dullius	UNIVATES
50. Maria Rita Avanzi	UnB
51. Marilena Bittar	UFMS
52. Maurivan Guntzel Ramos	PUC-RS
53. Naldo Alves Batista	UNIFESP
54. Neusa Maria John Scheid	URI
55. Patrícia Fernandes Lootens Machado	UnB
56. Patrícia Macedo de Castro	UERR
57. Paulo Marcelo Harini Teixeira	UESB
58. Paulo Marcelo M. Teixeira	UESB
59. Pedro Wagner Gonçalves	UNICAMP
60. Regina Helena de O. Lino Franchi	UFOP
61. Ricardo Waizbort	Fiocruz
62. Rosane M. S. Meirelles	UNIFOA
63. Ruy Cesar Pietropaolo	UNIBAN
64. Sanide Carvalho Rutz da Silva	UTFPR
65. Shirley Takeco Gobara	UFMS
66. Sidnei Quezada Meireles Leite	IFES
67. Silmar Antonio Travain	UFOP
68. Silmar Antonio Travain	UFOP-MG
69. Silvanio de Andrade	UEPB
70. Siobhan Victoria Healy	UNIBAN
71. Sonia Barbosa Camargo Iglori	PUC/SP
72. Washington L. P. Carvalho	UNESP
73. Frederico Batista Neponuceno	CAPES - DED
74. Ivana de Jesus Campelo Costa Ferreira	CAPES
75. Jorge Luis Xavier Pereira	CAPES
76. Pamela Waldino dos Santos	CAPES
77. Talita Moreira de Oliveira	CAPES - DAV
78. Marcel Garcia de Souza	CAPES - DEB
79. Welandro Damasceno Ramalho	CAPES - DGES
80. Zena Martins	CAPES
81. Luis Filipe de Miranda Grochocki	CAPES - DRI

Anexo 2: Relatos dos debates nos GTs

GT1- Elementos para o documento de Área e Câmaras (Relator: Carlos Alberto Marques; Anotações: Deisi Nanci Mesquita)

Participantes: Agustina Rosa Echeverria (UFG); André Luis Matede Dias (UFBA); Carlos Alberto Marques (UFSC); Carlos Roberto Vianna (UFPR); Deisi Nanci de Castro Mesquita (UFG); Fabiana Roberta G. e Silva Hussein (UTFPR); Luiz Augusto Rezende (NUTES – UFRJ); Maira Ferreira (UFPEL); Marco Antonio Barbosa Braga (CEFET/RJ-acadêmico); Marcus Vinicius Maltempo (UNESP); Marilena Bittar (UFMS); Paulo Marcelo Harini Teixeira (UESB); Pedro Wagner Gonçalves (UNICAMP); Sanide Carvalho Rutz da Silva (UTFPR); Shirley Takeco Gobara (UFMS); Tania Araujo-Jorge (Fiocruz, Coordenadora)

Pontos levantados no debate:

A identidade da área; relação com políticas governamentais; contribuição da área para formação continuada dos profissionais de ensino; definição das características: pesquisa acadêmica e profissional;

- Diferenças entre área de educação e de ensino; relevância das pesquisas na área de ensino como base da formação dos professores;
- Evidenciar o que a área dá de subsídios para políticas públicas;
- Evidenciar as diferenças entre o acadêmico e profissional. O que o acadêmico forma e o que o profissional faz?
- Resgatar no documento de Área o seu Histórico da área; Ela não é nova, há acúmulo de pesquisas de todos os campos de conhecimentos. Há experiência de todos os PPGs em relação à pesquisa e resultados.
- Relembrar as pesquisas que vêm contribuindo para as políticas de formação continuada, em nível de pós-graduação, em nível local e nacional; Quem forma são pesquisadores.
- 2009 documento da área para modalidade profissional e identidade, para referência de outros programas que se unirão à área.
- Proposta: redigir um histórico objetivo como anexo do documento (histórico; introdução breve: constituição da identidade. Caracterizar o que é ensino, abrangente, que abarque todas os programas verticalizando para compreensão
- Caracterizar a Área como Pesquisa em Ensino de, pois isso se mantém inclusive no enfoque dos programas de mestrado profissional. Ter clareza do que é pesquisa em ensino.
- A área tem compromisso com a aplicação do conhecimento; pesquisa aplicada e desenvolvimento; inserir elementos que revertam a percepção da Capes sobre o pouco impacto na sala de aula;
- Problemas dos Profmats: dimensionar e conhecer a fundo, sem criticar superficialmente
- Resgatar a história; identidade da área; tratamento de aceitação das áreas que vêm. Atender ao ensino de educação básica; formação sem qualidade dos Profmats.
- A Área não foi consultada sobre a implantação dessa política pública referente aos Profs, já que foi um decisão de governo. É importante resgatar a identidade da Área e os 30 anos de militância que estamos perdendo. Será necessária a adaptação a uma política que está dada.
- Será preparado um documento de Área recente com base no anterior, com referência ao que já existe. Não são inseridos anexos nos documentos de Área, mas podem ser divulgados textos de “contribuições” de um ou mais PPGs sobre o histórico.
- Constituir um grupo pequeno que pode auxiliar na construção desse perfil. Formação continuada/formação em nível pós-graduado.

- Ter-se cuidado, pois não é apenas formação de professores, ensino na escola é maior que ensino em sala de aula; mestres que não voltam à escola,
- Há uma política pública clara para investir no ensino básico que deveria se expressar na Área. O problema da educação no Brasil é a escala, com necessidade de larga escala. Identificar nosso potencial e qualificação. Pós-doutorado para qualificar os colegas que trabalharão na área de ensino. A Capes exige das outras Áreas formação em escala?
- Quem forma para a educação básica é a licenciatura e não a PG. Pesquisa aplicada não é só formação de professores.
- Definição da área: o que se produz, problema sistêmico que nenhuma área resolverá.
- Proposta: aglutinação interna, comissões de educação básica e ensino superior.
- Documento embasado na origem da área: a Área tem compromisso com a educação básica; organizar a área para abraçar todos os programas. Disciplinar com eixos; reconhecer que existem programas e cursos que se organizam nas universidades e outros que se organizam em rede.

Câmaras: criar ou não, com qual critério?

- Câmaras divididas, qual a razão? Não há critérios diferentes para duas câmaras, mas unir por epistemologia.
- Câmaras: programas ligados às instituições não universitárias e os ligados à formação pós-graduação: para acolher transição – programas e cursos ligados às instituições / e outro que acolhesse os programas nacionais em rede.
- Câmaras, como entram no problema da educação básica? Câmaras de educação básica e superior. Colaborando com a agenda de prioridades das políticas de estado
- Câmaras: separar as duas áreas e ter a clareza do que cada uma produz. Profissional vai resolver o problema ?
- Câmaras: buscar uma identidade epistemológica e não a dicotomia acadêmico/profissional; não tem porque separar mestrado profissional e acadêmico em câmaras. Qual o papel e a natureza das câmaras?
- Criar um Colegiado de integração para orientar alocações nas câmaras
- Pode-se pensar numa matriz: câmaras temáticas com eixos - educação básica e ensino superior, profissional e acadêmico;

Sugestões:

- Forma de organização em forma de câmaras;
- Eixo de finalidade e produto, disciplinar;
- Modalidade: profissional e acadêmico
- Vínculo: ligados a instituições de ensino ou a redes nacionais.

Obs: Não foi discutida a questão de interação dos Programas de Ensino e de Pós-Doutorado

Foram indicados 4 coordenadores para contribuir na comissão de elaboração do documento de Área

GT2- Qualis-Periódicos e Avaliação (Relator: Alexandre Oliveira)

Sugestões de encaminhamento

- O GT reconhece a importância dos Trabalhos Completos em Anais de Eventos, porém não devem ser avaliados no Qualis-Periódicos.

- A revista, quando surgir pela primeira vez na área, deve ser avaliada conforme os Critérios de Avaliação de Periódicos estabelecidos pelo GT e não simplesmente incluí-la diretamente no Qualis C.
- As novas revistas devem ser classificadas segundo os critérios de avaliação de periódicos estabelecidos pelo GT e não classificadas diretamente como B2.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS.

Observação: Para os estratos B3, B4, B5 e C não houve sugestões.

Para os estratos A1, A2 e B1 que devem obedecer os vínculos que são definidos e válidos para todas as áreas ($A1 < A2$; $A1 + A2 \leq 25\%$; $A1 + A2 + B1 \leq 50\%$)

Estrato A1:

Revistas **especializadas** em “ensino de”/cognição/aprendizagem **indexadas** nas bases internacionais **ISI/Scopus**; + revistas incluídas na base **ERIH classificadas como A** pelo Comitê Internacional de Educação Matemática; + revistas **brasileiras** que contemplem critérios de **indução** indicados pela área;

SUGESTÃO: (retirar comitê internacional... Atualizar classificação INT 1. Retirar brasileiras)

Revistas **especializadas** em “ensino de”/cognição/aprendizagem **indexadas** nas bases internacionais **ISI/Scopus**; revistas incluídas na base **ERIH classificadas como INT 1**; + revistas que contemplem critérios de **indução** indicados pela área;

Estrato A2:

Revistas **multidisciplinares afins com “ensino de” indexadas** nas bases internacionais **ISI/Scopus** + revistas **especializadas** em ensino/ cognição/ aprendizagem indexada no **Scielo** + revistas incluídas na base **ERIH classificadas como B** pelo Comitê Internacional de Educação Matemática + revistas **brasileiras** que contemplem critérios de **indução** indicados pela Área;

SUGESTÃO: Revistas **multidisciplinares afins com “ensino de” indexadas** nas bases internacionais **ISI/Scopus** + revistas **especializadas** em ensino/ cognição/ aprendizagem indexada no **Scielo** + revistas incluídas na base **ERIH classificadas como INT 2** + revistas que contemplem critérios de **indução** indicados pela Área;

Estrato B1:

Revistas **especializadas em ensino/cognição/aprendizagem** indexadas nas **demais bases internacionais** de periódicos constantes do portal CAPES (Latindex, Eric, etc) + revistas **multidisciplinares** indexadas no **Scielo** + revistas incluídas na base **ERIH classificadas como C** pelo Comitê Internacional de Educação Matemática + revistas incluídas em **outras bases internacionais** com justificativa específica encaminhada por Programas de PG da Área 46 (ex: ERIH) + revistas **especializadas em ensino/cognição/aprendizagem com comitê editorial, editadas por Programas de PG da Área 46 ou por Sociedades Científicas.** + revistas **brasileiras** que contemplem critérios de **indução** indicados pela área.

SUGESTÃO: (retirar “brasileiras”, retirar ex: ERIH, atualização do critério da ERIH, atualização de critérios de inclusão de revistas não indexadas)

Revistas **especializadas** da Área indexadas nas **demais bases internacionais** de periódicos constantes do portal CAPES (Latindex, Eric, etc) + revistas **multidisciplinares** indexadas no **Scielo** + revistas incluídas na base **ERIH classificadas como NAT ou W** + revistas incluídas em **outras bases internacionais** com justificativa específica encaminhada por Programas de PG da Área 46, + **revistas com pelo menos 3**

anos de publicação regular, pelo menos 2 números anuais, garantindo ampla diversidade institucional de autores, com pelo menos 60% dos artigos vinculados a no mínimo e 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico. + revistas que contemplem critérios de indução indicados pela área.

Estratos B2 a B5 ($\geq 50\%$) e C

Estrato B2:

revistas *disciplinares* afins com o tema Ensino, *indexados* no ISI/SCOPUS/Scielo ou outras bases, não incluídos nos estratos A1, A2 e B1, valorizando revistas com sítios internet abertos (Open Access) e sua presença no portal da CAPES + revistas afins com o tema Ensino, com comitê editorial, editadas por Programas de PG em outras Áreas da CAPES ou por Sociedades Científicas; + *novas revistas* editadas nos 2 últimos anos do triênio por *Programas de PG da Área 46*.

SUGESTÃO: (correção segunda linha, retirar critério para “novas revistas”, nova redação)

revistas *disciplinares* afins com o tema Ensino, *indexadas* no ISI/SCOPUS/Scielo ou outras bases, não incluídas nos estratos A1, A2 e B1, valorizando revistas com sítios internet abertos (*Open Access*) e sua presença no portal da CAPES, + revistas afins com o tema Ensino, com comitê editorial, + revistas com publicação regular, pelo menos 2 números anuais, garantindo ampla diversidade institucional de autores, com pelo menos 50% dos artigos vinculados a no mínimo e 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico.

Estrato B3:

revistas *disciplinares* afins com o tema Ensino *indexadas* no ISI/SCOPUS/Scielo e/ou bases latino-americanas e/ou presentes no portal da CAPES não incluídos nos estratos A1, A2, B1 e B2, + revistas de divulgação científica da SBPC e outras sociedades e instituições científicas

Estrato B4:

revistas das demais áreas de conhecimento *indexadas* no ISI/SCOPUS de modo a valorizar produção de conhecimento em conteúdos temáticos específicos por equipes que atuam ou dialogam com a Área de Ensino, + revistas afins com a Área de Ensino, não incluídas nos estratos A1, A2, B1, B2 e B3.

Estrato B5:

revistas *indexadas* das demais áreas de conhecimento, + revistas de divulgação em geral afins com a Área de Ensino.

Estrato C:

revistas não indexadas e demais revistas.

CRITÉRIOS PARA NOTAS 6 E 7: Não discutido.

DEFINIÇÃO DOS PERCENTUAIS NOS QUESITOS DA AVALIAÇÃO: Não concluído.

Sugestão, permanecer o já existente no documento antigo e rediscutir para a próxima trienal.

FICHA DE AVALIAÇÃO 2010-2012

(pesos nas notas)

1	PROPOSTA DO PROGRAMA	PG ACADÊMICO	MESTRADO PROFISSIONAL
2	CORPO DOCENTE*	20%	15%
3	CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES**	30 ou 35%	
4	PRODUÇÃO INTELECTUAL**	40 ou 35%	

5	INSERÇÃO SOCIAL*	10%	15%
---	------------------	-----	-----

* 2 + 5 = 30%; ** 3 + 4 = 70%

GT3- Bolsas e Fomento

Participantes: Bernadete dos Santos (UFF), Eduardo Takahashi (UFU), Elcio Schuhmacher (FURB), Francisco Mattos (CPII), Lucia Villela (USS), Luciano Fernandes (Unifei), Luciene Lima (UFG), Maira Ferreira (UFPel), Márcia Regina (UFES), Maria Goreti (UFC), Maria Madalena Dullius (Univates), Patrícia Fernandes (UNB), Patrícia Macedo (UERR), Sidnei Quezada (IFES), Silvanio de Andrade (UEPB),

O grupo discutiu e aprovou os seguintes pontos:

- a) A necessidade de bolsas de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado para professores em serviço das redes públicas da Educação Básica;
- b) A necessidade de fomento para criação e manutenção de laboratórios de pesquisa em ensino, nos programas de Pós-Graduação em Ensino;
- c) A necessidade de fomento para garantir a realização das atividades acadêmicas dos cursos de Mestrado Profissional, a exemplo do PROAP (PROSUP);

A primeira discussão foi em relação aos impactos da Pós-Graduação em Ensino, considerando a melhoria da qualificação de professores da Educação Básica, tanto por mestrados e doutorados acadêmicos, quanto por mestrados profissionais. Esse impacto tem efeitos em diferentes níveis da Educação Básica, no que diz respeito a inovações na prática docente e no potencial de participação desses profissionais nos órgãos de gestão da educação e em órgãos colegiados públicos. Vale citar que a relevância desse impacto tem desdobramentos em relação aos possíveis efeitos multiplicadores

Com relação à concessão de bolsas de doutorado e mestrado (inclusive o Mestrado Profissional que já conta com 47 programas), considerando: as políticas públicas voltadas para o aumento da qualidade da Educação Básica, por meio da formação professores (PROEB) e o art. 2º Portaria Normativa nº 7 de 22.07.2009, que trata da validade nacional e outorga ao detentor o título de mestre, obtido em Programas de Mestrado Profissional, os mesmos direitos concedidos aos portadores da titulação concedidos pelos programas de Mestrado Acadêmico.

A Portaria Capes nº 209 de outubro de 2011 que institui o PROEB “garante”, dentre outros, apoio financeiro aos programas e aos alunos de Mestrado Profissional, conforme os art. citados a seguir:

Art. 2º O PROEB tem por objetivo exclusivo fomentar a manutenção e desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Mestrado Profissional, para qualificação de docentes do ensino básico das redes públicas, recomendados pelo Conselho Técnico-Científico de Educação Superior da CAPES.

Art. 3º O PROEB concederá apoio financeiro às Instituições de Ensino Superior (IES), para atendimento ao custeio das atividades pertinentes à manutenção de seus alunos regularmente matriculados, nos termos deste Regulamento.

Com relação ao fomento para o desenvolvimento e manutenção dos Programas de Mestrado Profissional, apontamos a necessidade de criação de uma linha de financiamento para a realização das atividades acadêmicas, desses Programas, nos moldes do PROAP (PROSUP). Essa necessidade de financiamento se dá em função das rotinas de qualquer curso de pós-graduação que envolve a realização de bancas examinadoras, a participação de alunos e professores em eventos, participação em reuniões da área, entre outros.

Também, apontamos a necessidade de uma linha de financiamento para a criação e manutenção de laboratórios de pesquisa em ensino nos Programas de Pós-graduação em Ensino.

Por último, ressaltamos a importância da realização de um seminário que trate das demandas dos Mestrados Profissionais em Ensino.

GT 4 – Visibilidade da produção e impacto da Área

Participantes: Ana Paula Bispo – UEPB; Eleni Bisognin – UNIFRA; Eliane Scheid Gazirre – PUC-MG; Bernadete Morey – UFRN; Andréia Guerra de Moraes – CEFET/RJ; Hilda Helena Sovierzoski - UFAL

1. PORTFÓLIO DE PRODUTOS: EGRESSOS, DISSERTAÇÕES, TESES, ARTIGOS, PRODUÇÕES TÉCNICAS E PROPOSTAS

- acompanhamento dos egressos para mapeamento da atuação, pois se verifica migração dos egressos para os Institutos Federais, com a finalidade de formação das licenciaturas; o retorno para a Educação Básica ou carreira acadêmica com doutorados, o que leva, conseqüentemente, ao retorno para a universidade. De qualquer forma, a formação dos egressos permite livre trânsito em todas as áreas em que envolve a docência ou “ensino de”

- revista de divulgação on-line – moldes da física na escola Ciência em Tela, Química na Escola com divulgação das dissertações, teses, produtos, técnicas, artigos, para acesso direto do professor.

- depósito dos itens do portfólio no Domínio Público – criando uma rotina de fácil acesso e visibilidade em sistemas de busca da internet.

- relação do Programa de Pós-Graduação com as licenciaturas, através de projetos de pesquisa, grupos de estudo, laboratórios.

2. MEC e CAPES EB - Na forma presencial existem os programas da diretoria de Educação Básica, dentro da Capes: Parfor, Observatório da Educação, PIBID, Novos Talentos, Prodocência, Life. – EXPLICITAR nos editais a necessidade de vínculo do proponente com programas de pós-graduação na área. Desta forma garante-se o fomento da área ao mesmo tempo em que permite a criação de um espaço para atuação dos programas e para a pesquisa aplicada.

Criar um link dentro da DEB que permita um acesso direto aos programas de pós em ensino, facilitando ao professor conhecer as possibilidades existentes na sua região.

3. Há espaços nos eventos e reuniões de C&T para mesas redondas e simpósios temáticos para discussão da atuação dos programas e resultados alcançados.

- Semana NC&T - com a chamada de trabalhos em que sejam destacados a produção dos programas na divulgação e ensino de ciências

- sociedades específicas (saúde, meio ambiente) – utilizar os espaços disponíveis para divulgação de processos seletivos (egressos) e dos produtos gerados.

4. RBPG – não possui uma divulgação além dos próprios programas de pós-graduação, o que limita a visibilidade das ações, principalmente aquelas direcionadas para a educação básica. Propõem-se um número temático sobre os programas de ensino existentes- chamada de artigos entre os programas.

5. PROPOSTAS

Proposta – fomentar uma revista de divulgação on-line, nos moldes da Ciência em Tela, Física na Escola, Química na escola, em que o acesso aos produtos seja mais próximo do professor.

- inserção da área de ensino no programa ciências sem fronteiras, como área prioritária, para que haja a possibilidade de doutorado e pós doutorado fora e também o convite de alunos de pós-doc e visitantes para os programas. Proposição de que se estabelece compromisso de metas com a Educação Básica com prazo no mínimo de 10 anos, sem alterações, a fim de se avaliar os resultados das metas.